

**ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORAS, POLÍTICAS PÚBLICAS,
RELAÇÕES DE GÊNERO E CONFLITOS: o caso da organização de
mulheres do assentamento Tucano em Euclides da Cunha Paulista/SP¹**

**FARMERS' ASSOCIATIONS, PUBLIC POLICY, GENDER
RELATIONS AND CONFLICTS: the case of the settlement Tucano
women organisation in Euclides da Cunha Paulista/SP**

Larissa Araujo Coutinho de Paula
Doutoranda em Geografia na FCT/UNESP
larissageo.coutinho@yahoo.com.br

Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol
Professora Doutora dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP
medeiroshespanhol@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo suscitar a discussão a respeito dos arranjos de poder nas organizações associativas de agricultoras, tomando como experiência a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), em Euclides da Cunha Paulista, São Paulo. A pesquisa realizada, em nível de mestrado a cerca da participação de mulheres rurais nas políticas públicas, revelou aspectos interessantes sobre a gestão e disputa de poder dentro de um grupo de agricultoras/es, apesar de alguns homens também integrarem a associação, percebemos que o conflito é mais intenso entre as próprias mulheres, do que entre mulheres e homens. Na tentativa de explicar o fenômeno observado, decidimos trabalhar com os conceitos de território e poder. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, estes pautaram-se, sobretudo, em levantamento bibliográfico e em entrevistas temáticas e de história oral.

Palavras Chave: Mulheres. Políticas Públicas. Poder. Assentamento Rural. Pontal do Paranapanema.

Abstract

This article aims to raise the discussion of the power arrangements in associations of farmers organizations, taking as experience Women Settlement Tucano Organization (OMAT) in Euclides da Cunha Paulista, São Paulo. The research conducted at the master's level, about the participation of rural women in current public policies revealed interesting aspects on the management and power struggle within a group of farmers, although some men also join the association, we realize that conflict is more intense among women themselves, than among women and men. In an attempt to explain the observed phenomenon, we decided to work with the concepts of territory and power. As for the methodological procedures used, these were based on literature review, and, mainly in thematic interviews and oral history.

Key Words: Women. Public Policy. Power. Rural Settlement. Pontal do Paranapanema.

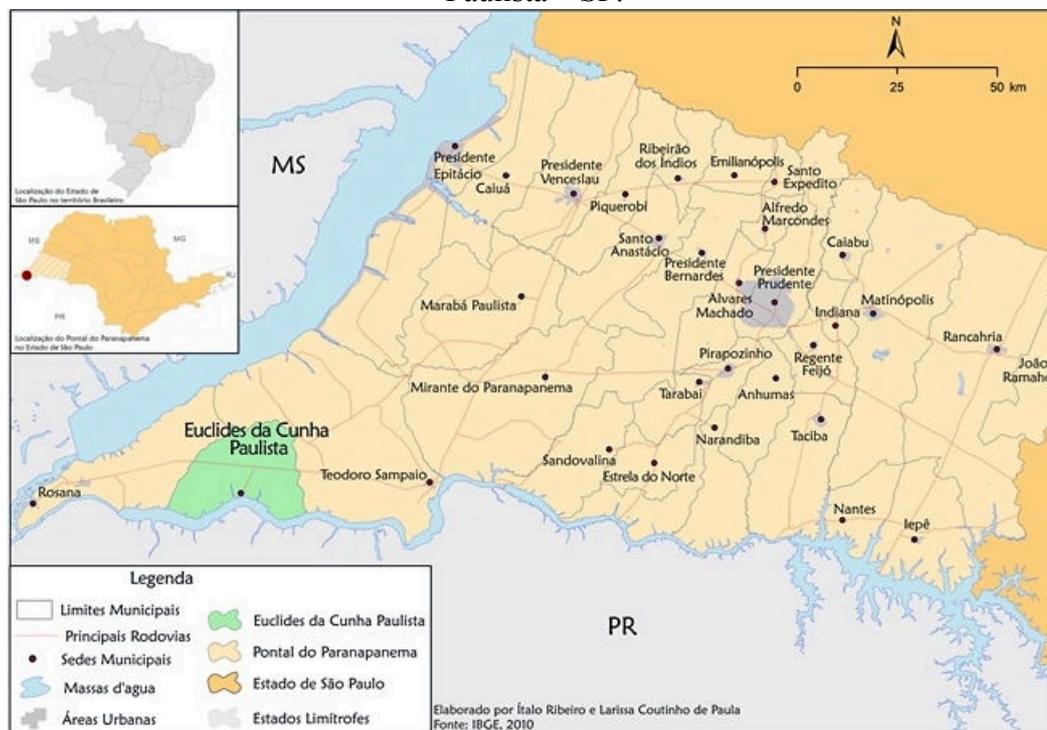
Introdução

Este artigo versa sobre a participação de integrantes da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), em Euclides da Cunha Paulista, São Paulo (mapa 1), nas seguintes políticas públicas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), voltadas para a comercialização das famílias de pequenos agricultores; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que visa a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas para as agricultoras; Pronaf-Mulher, modalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para financiamento de iniciativas produtivas de agricultoras; e Bolsa Família, que tem como objetivo a redução da pobreza através da transferência de renda às famílias em situação econômica e social de vulnerabilidade.

O grupo estudado – OMAT - iniciou suas atividades tendo apenas mulheres como integrantes, porém, após a participação no PAA, as lideranças passaram a admitir homens na associação. Inicialmente, ao estudar os efeitos das políticas sobre a vida dessas mulheres, imaginávamos que o maior conflito existente no grupo se dava entre homens e mulheres, no entanto, as entrevistas realizadas permitiram perceber que, além dos desentendimentos entre homens e mulheres em termos de gestão e organização das demandas da associação, havia também uma tensão entre as mulheres, apesar de todos os condicionantes que pudessem fortalecer a coesão das mesmas. Diante dessa situação, no presente artigo iremos abordar os conflitos entre homens e mulheres e entre as mulheres, no que se refere à gestão da associação e as alterações advindas após a participação nas políticas públicas.

A principal metodologia empregada na pesquisa foi a realização de entrevistas temáticas e de história oral. Foram realizadas entrevistas junto as lideranças e demais associadas da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), homens assentados e representantes do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), da Casa da Agricultura do Município de Euclides da Cunha Paulista e funcionários municipais, tais como assistentes sociais e nutricionista.

Mapa 1: Localização do Assentamento Tucano no município de Euclides da Cunha Paulista – SP.



A entrevista é um processo de interação social, uma “conversa interessada”, na qual o entrevistador visa obter informações do entrevistado e apreender questões sobre o comportamento e a consciência do mesmo. As informações que se buscam alcançar com as entrevistas referem-se, geralmente, a um objetivo específico (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Segundo Thompson (1998), um bom entrevistador deve respeitar as pessoas entrevistadas, ter flexibilidade, capacidade de demonstrar compreensão e empatia pela opinião de seus entrevistados e disposição para manter-se calado e ouvir.

O tipo de entrevista utilizada na pesquisa foi a semi-diretiva, ou semi-estruturada, e foram registradas através da gravação de áudio e feitas individualmente. O roteiro utilizado contém temáticas de maior relevância para a pesquisa, pois trata-se de um roteiro contextual, com perguntas diretas e opinativas. A elaboração de um roteiro prévio é importante já que o pesquisador não pode realizar entrevistas na base da intuição (THIOLLENT, 1987).

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a leitura do material, procurando relacioná-lo com os temas abordados na pesquisa, para que, a partir desse levantamento,

os assuntos mais abordados pelos entrevistados fossem categorizados e incluídos nas discussões do trabalho. Essa categorização consistiu numa tentativa de exercitar as técnicas de codificação propostas por Gibbs (2009). O objetivo foi categorizar o texto das transcrições, estabelecer a estruturação das ideias e a hierarquização temática, facilitando o agrupamento e a comparação do material produzido por meio das entrevistas.

Muitas considerações a respeito das relações de gênero na pesquisa foram tecidas à luz das observações realizadas durante os trabalhos de campo e da leitura da bibliografia utilizada, juntamente com o material produzido através das entrevistas. Todavia, verificamos que as leituras realizadas condiziam apenas parcialmente com a realidade estudada, já que não abarcavam a conflagração de conflitos entre as próprias mulheres.

Entendemos o Gênero como uma construção social. De acordo com Louro (1996), o gênero, por ser uma construção social e histórica, é um conceito plural, implicando numa contraposição à visão biológica de sexo, enquanto um caráter feminino ou masculino, natural, universal e imutável. Há uma tendência de considerar muitos atributos de mulheres e homens como naturais, porém, não passam de características socialmente construídas, tratando-se de uma “naturalização” do social.

Silva (2003, p.36), que tem se dedicado aos estudos sobre as implicações do conceito de gênero na ciência geográfica, considera que:

Não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas. Assim, gênero é o conjunto de idéias que uma cultura constrói do que é ‘ser mulher’ e ‘ser homem’ e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana.

As relações de conflito entre mulheres, por sua vez, desafortunadamente, não é uma situação explorada nos estudos sobre gênero, que se pautam mais nos conflitos entre homens e mulheres, daí a dificuldade em encontrar uma bibliografia que auxiliasse na explicação desse fenômeno. Porém, nem sempre a teoria pode ser aplicada integralmente sobre a realidade estudada, “como luvas para as mãos”; aliás, isso é prejudicial, no sentido de limitar as possibilidades que cada panorama, inserido numa determinada dinâmica espacial e temporal, se apresenta.

Nesse sentido, o intuito do artigo é evidenciar os conflitos existentes entre homens e mulheres, no cotidiano e na associação OMAT; e entre as próprias mulheres. Há a tentativa de relacionar esses conflitos com a discussão sobre o poder e problematizar esses tensionamentos a partir da discussão geográfica dos conceitos de poder e território.

Foi possível apreender que há tensões nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, seja no âmbito familiar (da casa), no nível mais cotidiano e na OMAT, principalmente no que se refere à administração da associação.

Este artigo encontra-se subdividido, além desta introdução e das considerações finais, em mais três subitens: no primeiro buscamos expor, através de trechos das entrevistas, quais mudanças as políticas públicas selecionadas na pesquisa promoveram na vida das mulheres estudadas; no segundo problematizamos os conflitos nas relações entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres da OMAT; e, finalmente, no terceiro, procuramos demonstrar como os conceitos de poder e território contribuem para estudos com a perspectiva de gênero.

As relações de gênero na Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT): o que mudou após a participação nas políticas públicas?

As relações de gênero se circunscrevem dentro do campo do poder, e são mais perceptíveis no quesito do trabalho, na organização e na divisão das atividades domésticas e agropecuárias.

O interesse em deter o poder não está circunscrito apenas às relações familiares, pois se desdobra no grupo por meio da associação. Nesse caso é ainda mais evidente, já que em alguns momentos, a presidenta, Maria Glória (este, bem como os demais nomes de pessoas entrevistadas utilizados no texto, são fictícios), se refere à OMAT, como a “minha associação”, não se destaca essa observação no sentido moral, mas sim reforçando como essa identificação do sujeito com o grupo ao qual integra e administra é intensa, indicando também a consciência desse poder que é exercido.

No que se refere ao arranjo de poder entre homens e mulheres no caso analisado, percebemos que há diversos tipos de relações estabelecidas. Há mulheres mais ativas e

mais determinadas, que já possuem uma trajetória pessoal, na qual a mulher teve um papel destacado na manutenção e trajetória familiar; há mulheres que mantinham uma postura mais secundária diante de seus esposos, porém, com a participação nas políticas de compras institucionais (PAA e PNAE) passaram a se impor mais; há ainda casos nos quais o poder parece estar disposto de forma equilibrada entre o casal; o fato é que os assentados, homens e mulheres, têm consciência desses diferentes tipos de arranjos.

A presidenta da associação explicou-nos que, a princípio, seu esposo achou ruim o envolvimento dela com a associação, porque seria necessário que ela se ausentasse do lote por mais tempo. Apesar de, segundo Maria Glória, não haver distinções de trabalho entre ela e o marido, ela, bem como outras associadas, utiliza o termo “ajuda” ao afirmarem que os maridos executam o trabalho doméstico (de fazer a comida e a limpeza, por exemplo) ou quando comentam que elas também realizam atividades agrícolas com os esposos, indicando um entendimento de que há funções que são “naturalmente” destinadas às mulheres e outras tidas como “masculinas”, como demonstram os seguintes trechos de entrevistas:

Não aqui não tem divisão de nada. Todo mundo faz a mesma coisa, todo mundo concorda com a mesma coisa. Ele cozinha e limpa a casa também. Ontem mesmo foi o dia dele *me ajudar* a limpar isso aqui. Aqui somos só nós dois, né? Então... Ele levanta cedo, e vai pra mangueira tirar leite, e eu vou fazer ração paras as vacas. (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

Meu marido *me ajuda*, ele lava a casa, lava a roupa, cozinha, varre, ele não é aquele tipo de homem que só se escora na mulher. No programa da merenda o cadastro foi feito no meu nome, sei lá o porquê. Eles falam que horta é coisa de mulher, mas o homem não pode trabalhar numa horta? Ele pode! O homem não pode *ajudar* a cuidar de casa? Ele pode! Porque ele come, ele usa roupa limpa, então ele tem que fazer as coisas também! (Maria Rosa, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

É, às vezes *ele me ajuda*, é assim, às vezes varre uma casa, alguma coisa, né? É seu eu estiver trabalhando, eu também *ajudo ele* na roça, né? Mas assim, passar pano no chão, limpar as coisas, cozinhar, sou que quem faço (Maria Odete, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Tem que ser tudo junto porque é uma coisa familiar, né? Mas meu marido *não me ajuda com as coisas de casa*. Ele fica mais na parte da roça mesmo, mas o trabalho na horta também é puxado, eu gostaria que ele me ajudasse (Maria Joana, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

Aqui no nosso caso é quase exceção, nós dois trabalhamos juntos, em tudo juntos, mas *na maioria dos lotes a mulher trabalha num canto e o homem em outro*. Aqui não, nós dois nos ajudamos, em todo o serviço, na casa e na roça (João, entrevista realizada no dia 01 de Agosto de 2015).

O meu marido de manhã vai pra mangueira né, aí nós vamos molhar a horta, juntar esterco, é assim, é um ajudando o outro, eu só não mexo com leite né, quem tira o leite é o meu esposo (Maria Regina, entrevistada em 30 de Julho de 2014).

A questão do trabalho é muito marcante nas relações entre homens e mulheres. Não diz respeito apenas à divisão do trabalho, se doméstico ou produtivo, há mais detalhes, como, por exemplo a intensidade do trabalho. As mulheres entrevistadas ainda mantêm a ideia de que o trabalho que exige mais força física e a agilidade está ligado ao gênero masculino:

Eu sempre fui muito gulosa para trabalhar, por isso hoje estou doente, eu colhia trezentos quilos de algodão naquela época do acampamento, arrancava oito ruas de feijão de mil metros até às dez horas, *não tinha homem nenhum que trabalhava do mesmo tanto que eu*, os homens todos ficavam com raiva de mim, porque eu trabalhava mais e ganhava mais, porque o feijão a gente ganhava por rua que colhia (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Dentre as políticas públicas selecionadas para a pesquisa, a que mais provocou alterações nas relações de gênero no assentamento foram os programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As mudanças se deram em diversos âmbitos: economicamente, pois muitas mulheres agora possuem, ainda que de forma modesta, uma renda própria, vinculada ao seu trabalho; socialmente, possuem uma maior interação e sociabilidade entre si, pois têm o reconhecimento da importância de seu trabalho, o que implica na autoestima. Porém, é possível inferir que esses resultados não são de mérito exclusivo das políticas públicas, afinal, quem faz as políticas são as pessoas. Em todo o seu ciclo, a política pública é conduzida pela ação humana, pois são as pessoas que a elaboram, de acordo ou não, com as demandas sociais; são as pessoas que as executam, avaliam, enfim, por isso, a mesma política pública pode gerar efeitos distintos em lugares diversos.

As mulheres estudadas, ao se apropriarem das políticas, reorganizaram suas vidas pessoais e a coletividade do assentamento para alcançar as melhorias advindas dessas políticas. As políticas são um meio, instrumentos que elas utilizaram para conseguir autonomia e qualidade de vida. Como cada sujeito encontra-se envolto por um conjunto de valores, num espaço dotado de um contexto histórico e social

específico, com tramas de poder diferenciadas, embora os resultados para cada assentada possam ter algumas semelhanças, eles são diferentes, pois cada uma se articulou às políticas a sua maneira. Isso explica o fato de algumas mulheres tomarem a frente dos projetos, das negociações, da administração da associação, e como consequência tem um crescimento pessoal mais elevado, ao passo que outras participam com menor intensidade e obtêm resultados diferentes. Tudo depende da postura que a mulher tem diante desses projetos e de como se dá o arranjo de poder dentro da família, já que há situações nas quais os maridos interferem demasiadamente nas decisões e organização familiar.

Algumas mudanças nas relações de gênero surgiram após a inserção das famílias na associação e nas políticas públicas. A lógica dessas alterações está vinculada à participação nas políticas e as assentadas demonstraram isso durante a pesquisa de campo, como é possível perceber através dos seguintes trechos de entrevistas:

Muita coisa mudou depois dessa associação, a gente tinha um monte de sítios que não produziam nada, hoje, pelo menos em cada sítio, tem uma horta, antes não tinha isso. Os maridos trabalhavam para fora e as mulheres ficavam dentro de casa (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Para as mulheres, esses programas mudaram muita coisa, eu vejo as mulheres sendo mais valorizadas pelo o que elas fazem, e tendo mais vontade de plantar, de adubar, e os maridos perguntam “Vocês estão loucas, vocês nunca viram serviço? Só sabem falar de horta, horta e mais horta (fotos 1 e 2)!” E as mulheres tudo em cima, trabalhando mais e mais. Você precisa ver, essas mulheres daqui que mexem com horta, elas só falam em horta, dão dicas uma para a outra, a maioria está animada. Algumas até trabalham com o marido, mas a maioria são as próprias mulheres. A presidente da associação mesmo, *apesar dos nossos desentendimentos* eu reconheço que ela é muito trabalhadora, é ela quem toma a frente nesse trabalho, *não é o marido não*. A horta dela é linda, é uma mulher sacudida. Ela me ajudou muito, me ensinou a fazer canteiro, a semear a semente, nessa parte eu não esqueço o que ela fez, eu tiro o chapéu para ela. Hoje se eu preciso bater um canteiro, eu não tenho que esperar o meu marido, eu mesma vou lá e faço sozinha (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Hoje *as mulheres vão comprar o que elas querem, porque elas têm o dinheiro delas*. Eu mesma, antes se eu quisesse comprar alguma coisa, eu tinha que ir atrás do meu marido, agora eu tenho a minha autonomia (Maria Isabel, entrevistada em 31 de Julho de 2014).

É porque aqui tem muita gente que mexe só com leite, né? E quem mexe mais com o leite é o homem, né? Então, eu acho que elas (as mulheres) devem se sentir inferiores, né? Porque aquilo ali quem fazia eram os homens, não era algo do trabalho delas, elas não tinham a renda delas mesmas, depois

com esses programas, a coisa mudou (Francisco, entrevista realizada no dia 01 de Agosto).

Fotos 1 e 2: Hortas para os programas de compras institucionais (PAA e PNAE) no Assentamento Tucano



Foto: Larissa Araujo Coutinho de Paula/ Trabalho de Campo/ 2014.

Um fato interessante é que a maioria das pessoas entrevistadas, mesmo os homens, manifestou uma opinião positiva no fato da associação ser gerenciada por mulheres. Mas, nesse caso, a questão do gênero também ficou explícita, pois ao justificar a sua preferência, as pessoas sempre faziam uma descrição das qualidades que a mulher possui. É o que a geógrafa Linda McDowell (1999) denomina de dualidades oposicionais, entre o que é masculino e o que é feminino, de modo que as qualidades masculinas são supervalorizadas e as qualidades femininas são tidas como primárias, baseadas na emoção. Por isso, as características que as pessoas entrevistadas utilizavam para justificar essa preferência pela mulher são historicamente ligadas à construção do gênero feminino, como o otimismo, o altruísmo, a humildade e a falta de ambição, a conformidade. Apenas uma entrevistada atribuiu às mulheres características como a força, a coragem e a atitude. Um entrevistado mencionou, inclusive, que as mulheres obtêm mais conquistas porque despertam maior sensibilidade nas pessoas:

A mulher ela é mais *otimista*, ela pensa mais no futuro, não que os homens não pensem, mas *a mulher é mais otimista com a vida*. Pela minha tia, todo mundo estaria trabalhando no seu sítio, com sua horta, sua roça. Se fosse homem seria diferente, para pior, eu acho que eles são mais desligados, tem gente que só quer para si, não quer para o próximo, né? O pouco que essa associação anda é pela força de vontade de algumas mulheres (Maria Fernanda, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Eu acho melhor a associação ser administrada pelas mulheres porque o homem tem uma ideia e a mulher já tem outra, o homem trabalha de uma maneira e a mulher trabalha de outra. Cada um de nós tem um pensamento. O homem já pensa da maneira dele, já quer fazer diferente. Isso aí é a mesma

coisa que a presidência lá da república, tem a presidente e a vice-presidente, quando tem a reunião, faz a votação para eleger os cargos, assim funciona a associação [...] *As mulheres não pensam alto, e os homens querem cada vez mais, as mulheres se conformam com qualquer coisa, os homens não* (Maria Valentina, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Na minha visão, eu acho que *a mulher tem atitude*, ela tem *coragem*, a mulher só se for uma mulher fraca que nunca fala não, mas a mulher, ela vê lá na frente, e dá certo, não dá? E a mulher, eu não sei todas, mas eu sou assim, eu vejo lá no final o que vai acontecer, nós temos essa profecia da nossa boca. *Temos mais atitude*, mais fôlego para fazer as coisas, a mulher não desanima, *ela é corajosa, a mulher nasceu e aguenta tudo* (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Acho bom a associação ser administrada por mulher. *A mulher tem mais disposição para ir atrás das coisas* do que o homem, né? Eu vejo isso aí desde o acampamento. *E a mulher acredita mais*, aqui em casa mesmo, eu não queria mexer com bicho de seda, pensava que não ia vingar, mas a minha mulher insistiu, ela tinha esperança que era uma boa oportunidade, e ela estava certa. Sempre era a mulher que tinha mais facilidade para conseguir as coisas, *não sei se o pessoal é mais sensível com as mulheres* (João, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

É porque *os homens não acreditam muito nas coisas*, não. *As mulheres são mais de acreditar*, vai em busca, vê se vai dar certo, se não der também ela não desiste, homem não, né? *Homem eles são mais desacreditados*, qualquer coisa: “ah, não vou atrás disso, que isso não vai dá certo? Acho que é por isso que fico aí associação das mulheres, mas tá todo mundo junto (Francisco, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Do ponto de vista das instituições públicas, muitas mulheres ainda se sentem discriminadas, sendo menos valorizadas do que os homens. Muitas vezes é esse o motivo que impede as mulheres de se informar a respeito do acesso ao crédito rural, por exemplo. Isso evidencia o quanto as relações também perpassam pela dimensão de gênero nas instituições públicas, nas agências financeiras, nos órgãos destinados à assistência técnica, ou seja, nos espaços públicos como um todo.

Tudo o que tem a ver com banco é o meu marido quem resolve, eu não mexo com nada, não tenho leitura pra mexer com essas coisas. As poucas vezes que eu fui, fui muito mal atendida, tenho colegas daqui do assentamento que também não gostam de ir ao banco. *Parece que o povo que atende não gosta de falar com mulher, eles pensam que a gente não tem capacidade para entender as coisas* (Maria Ângela, entrevistada em 30 de Julho de 2014).

Eu não gosto de resolver coisas de banco, porque tudo tem que se passar pelo proprietário do lote. O lote aqui está registrado no nome do meu esposo. Acho que quase todos os lotes aqui no Tucano são assim, está no nome do marido. Você sabe né minha filha, como eram as coisas para a mulher? Mulher não existia, não! Nos talões de nota do produtor só foram colocar o nome da mulher num dia desses (Maria Joana, entrevistada no dia 31 de Julho de 2014).

Verifica-se assim, por meio dos trechos das entrevistas, como a discriminação em relação às mulheres ainda esta bastante presentes nos espaços públicos.

O conflito entre as agricultoras: os arranjos de poder entre as mulheres da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano

As lideranças afirmaram durante as entrevistas que o maior problema na gestão da associação, além do desgaste pelo acúmulo de trabalho, é a desconfiança e o confronto com alguns associados do sexo masculino.

Nota-se que a organização e a gestão da OMAT estão de fato concentradas em duas mulheres, ou seja, a atual presidente e a tesoureira, já que ambas se alternam na presidência. Isso evidencia uma sobrecarga de funções para elas, pois não há um compartilhamento na execução das atividades, ou seja, não há uma divisão qualitativa das atividades. A presidenta menciona suas dificuldades:

A minha maior dificuldade é para sair, porque aqui é só eu e ele (o marido). Aí tem vezes que ele precisa largar o trabalho no lote para me levar na cidade e eu não dirijo. Mas tenho vontade de aprender, isso aí me complica um pouco. Eu moro no final do assentamento, daqui até o asfalto são quatro quilômetros e, várias vezes, eu vou a pé direto daqui até o asfalto, para de lá pegar o ônibus (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

Soma-se à desunião do grupo, um sentimento de desconfiança quanto à integridade das ações realizadas pelas lideranças, já que muitas vezes atrasos nos pagamentos dos programas provocam desconforto nas mesmas, diante dos comentários que escutam no assentamento e na cidade:

O problema é que às vezes a gente manda a prestação de contas lá pra cima e eles acham que a gente tem acesso a esse dinheiro do governo. E não é assim, né? Você não tem acesso à essas coisas. Essas coisas precisa esperar, eles ordenarem, mandar de lá para cá, depositar. E eles acham que nós somos as responsáveis. E às vezes eu fico mal com isso, porque muitos vão lá na rua, vão no Itesp e falam um monte, desconfiam de mim. A desconfiança é um problema que eu estou enfrentando muito *na minha associação*, e até você explicar... E isso parte mais dos homens, os mesmos que ficam me criticando (Maria Glória, entrevistada em Janeiro de 2014).

As entrevistadas mostraram que há uma instabilidade nas relações entre as próprias mulheres. Embora, quando questionadas se gostariam que a OMAT fosse presidida por homens, muitas assentadas, mesmos as que demonstraram insatisfação e

descontentamento com a administração vigente, afirmaram como já exposto, que preferem que mulheres sejam as responsáveis pela associação e que não consideram positiva a gerência masculina.

É possível inferir que muitas desconfianças seriam sanadas caso houvesse maior diálogo entre as/os associada(o)s, por meio de um maior número de reuniões entre os associados, para que as informações sobre o funcionamento das políticas fossem detalhadas entre os demais associados. Porém, a presidenta informou que não costuma fazer muitas reuniões, porque os associados se encontram toda semana num determinado local do assentamento para entregar os produtos comercializados no PAA. Então, se há algum informe ou aviso, eles são repassados no momento das entregas. As reuniões formais ocorrem ocasionalmente quando há a necessidade e, segundo a presidenta, a participação dos associados é baixa.

Isso se configura como um problema dentro da associação, pois é algo que compareceu em praticamente todas as entrevistas realizadas. Há muitas reclamações dos associados de que os projetos dos programas de compra institucional, como o PAA e o PNAE, demoram a ser aprovados, de que há atraso nos pagamentos etc. Destaca-se que não são apenas os homens que se manifestaram insatisfeitos com essas questões, mas as mulheres também. Há uma falta de compreensão dos termos burocráticos que as políticas envolvem, levando os associados a acreditarem que são as lideranças as culpadas por esses problemas. Todos os entrevistados afirmaram que deveria haver um número maior de reuniões e que todas as informações deveriam ser transmitidas aos associados. Por conta dessa falta de informações e de reuniões, os associados avaliam que na OMAT não há gestão por parte das lideranças:

Não sei como essa associação ainda está de pé, sabe por quê? Porque as pessoas precisam desse ganho que a CONAB dá, entendeu? Mas se as pessoas tivessem outro meio de viver não estava no meio dessa associação, desorganizada desse jeito. Eu mesmo já debati muito com a presidenta uns tempos desses, por causa desse negócio de atrasar projeto, atrasar pagamento (Roberto, entrevista realizada em 31 de Julho de 2014).

Fazemos reuniões às vezes, é mais para tratar de algum assunto do projeto, fazemos na antiga escola. Mas a participação é muito baixa, vão mais as mulheres, alguns homens vão, algumas pessoas falam, outras só escutam. Os homens reclamam quando as coisas atrasam, pensam que é por nossa culpa, mas isso vem de cima. São mais os homens que reclamam, *eu vejo mesmo por dentro de casa, por mais que a gente faça, o marido sempre acha algum*

defeito, e lá fora também não é diferente, eles pensam que o que eles fazem está bem feito, e o que a gente faz está errado (Maria Conceição, entrevista realizada no dia 13 de Janeiro de 2014).

Nós enfrentamos muito preconceito, desconfiança, às vezes os maridos não deixavam as mulheres participarem, mas hoje esses próprios maridos estão participando. *Acho que eles pensavam que a gente ia incentivar a mulher a sair de casa, não sei, não entendo o motivo* (Maria Glória, entrevista realizada no dia 30 de Julho de 2014).

Para a presidenta e a tesoureira da associação, essa pressão e desconfiança é maior por parte dos homens, mas, durante as entrevistas, ficou claro que as mulheres associadas também estão descontentes. É complicado pensar em uma solução para o problema, pois embora seja melhor que ocorram mais reuniões, é possível que as mesmas pessoas que reclamam da falta delas, não compareçam, ou não tenham uma participação efetiva, colocando seus pontos de vista, concordando ou discordando das decisões. É evidente também que, para muitos associados, homens e mulheres, a associação represente apenas uma forma de acesso às políticas públicas, já que a reunião de agricultores em associações ou cooperativas é uma das pré-condições para a participação em muitas políticas públicas, como o PAA.

Esses desentendimentos também se dão entre as próprias mulheres, como se percebe nas falas a seguir:

Sabe, sobre a associação ser presidida por mulheres, às vezes eu penso que é bom, às vezes eu penso que não. *Essas mulheres daqui são muito paradas e o pessoal fala muito, né? Se achassem uns homens de coragem, seria melhor, não seria?!* (Maria de Lourdes, entrevista realizada no dia 30 de Julho de 2014).

Olha a associação trouxe muitas coisas boas, essas verduras mesmo, *as mulheres aqui só andavam desocupadas*, pelo menos tem esse negócio pra fazer, para se ocupar, antes andavam passeando na casa de um e de outro, falando da vida dos outros, agora com essas hortas ocupam o tempo na horta (Maria Arminda, entrevista realizada no dia 01 de Agosto de 2014).

Deveria ter homens na associação, para ter mais atividade, mais força pra correr atrás das coisas, as mulheres daqui do Tucano já estão idosas também. Tinha que ter uma pessoa de fora, mais desenvolvida para ajudar a gente (Maria Rosa, entrevista realizada no dia 31 de Julho de 2014).

A maior divergência observada entre as mulheres ocorreu entre a presidenta da OMAT, Maria Glória e uma antiga associada, Maria Cláudia. Houve um desentendimento entre as duas em virtude de alguns questionamentos feitos pela associada sobre a questão econômica, o que implicou na exclusão de Maria Cláudia por parte da presidenta:

[...] mas também já aconteceu da própria pessoa querer sair da associação, uma mulher daqui, se desentendeu com a presidenta, saiu e está em outra associação, mas isso não é bom, *só que essa mulher era terrível, queria que tudo fosse do jeito dela, aí ela saiu da associação* (Maria Conceição, entrevista realizada em 30 de Julho de 2014).

Eu era associada da OMAT há três anos, agora estou na associação do Assentamento Santa Rosa, porque me tiraram daqui. A presidenta daqui me tirou, tivemos uns problemas aí da parte dela, eu fui falar e ela não gostou, foi erro dela, né? Eu não acho certo isso até hoje, eu vou voltar pra cá ainda, se Deus quiser. Foi um negócio que ela fez errado aí, um direito meu, dos juros do banco, e ela não aceitou e tirou eu. Ela me passou esse dinheiro dos juros, mas me tirou da associação. Se ela tivesse falado em uma reunião que ela precisava desses juros para associação, eu concordaria com ela, mas ela não falou nada. *Mas eu vou voltar para a OMAT, a associação que eu pertence é aqui e não lá, eu moro aqui e não lá! Ela não tem o direito de fazer isso comigo, problema a gente discute e resolve, não exclui as pessoas* (Maria Cláudia, entrevista realizada em 01 de Agosto de 2014).

Esse conflito ratifica os confrontos entre as próprias mulheres no que se refere ao poder. A presidenta da associação demonstra ser uma pessoa de personalidade forte e, em muitos momentos, transpareceu ter prazer na autoridade que exerce no grupo. Por outro lado, a ex-associada, Maria Cláudia, também se manifesta como uma pessoa enérgica pelo seu depoimento e, pelo comentário de outra associada entrevistada, que dizia que ela queria tudo ao seu modo, por isso houve o desentendimento, e a posterior exclusão.

É possível afirmar, diante dos relatos e da história do assentamento, que algumas mulheres sentem a necessidade de ter o controle sobre situações que envolvem os demais. A própria senhora Maria das Dores, que exercia a liderança na fase do acampamento, momento anterior à implantação do assentamento, afirmou que se afastou de um antigo grupo formado pelas assentadas para a produção e venda de itens como sabão e frangos porque não gostava de ser “mandada” e sentia que algumas mulheres queriam se sobressair, exercendo autoridade sobre as demais.

Outra tentativa de organização coletiva frustrada foi de um grupo regional de mulheres, formado apenas por assentadas do Pontal do Paranapanema. Foi através desse grupo que se obteve a sala de informática para o Assentamento Tucano. A tesoureira da OMAT, Maria Conceição, narrou que era muito interessante participar do grupo, pois elas assistiam palestras sobre educação e saúde, se organizavam para exigir melhorias nos assentamentos, porém, depois de um certo tempo, algumas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MS)T começaram a participar, e elas tinham uma

postura diferente (convém frisar que o Assentamento Tucano não teve a influência direta de nenhum movimento social externo em sua formação), recusando a interferência da prefeitura e dos representantes do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois elas queriam uma autonomia total do grupo de mulheres, de modo que os recursos que o grupo recebia desses órgãos foram diminuindo e o grupo se desfez. É visível que as mulheres articuladas a partir da base de um movimento social se manifestaram com um posicionamento distinto, mais crítico em relação ao apoio de órgãos públicos e demais instituições. Todavia, o que parece ser mais verdadeiro, é que esse grupo se enfraqueceu, assim como o citado anteriormente, pela concorrência de poder que provavelmente se travou entre essas mulheres. Parece que, quanto mais intensa é a conduta da mulher no sentido de se posicionar a frente dos problemas, colocar-se nos debates e de representar a si e aos demais; menor é a possibilidade dela se colocar em situação de submissão diante de um homem ou de outra mulher, pois há uma grande resistência.

O sujeito é produto das relações de poder, ele exerce o poder, porém, o poder de outrem também é exercido sobre ele, e as formas de exercício de poder são instáveis, podem sofrer contestações, rupturas, modificações. O exercício do poder é múltiplo, as relações de poder não se apresentam de forma linear, mas como feixes que se interligam, como uma rede que perpassa vários âmbitos, gerando novas formas de poder. Nessa dinâmica, o sujeito se constitui através de elementos subjetivos e imposições externas, e se há poder, também há resistência e reação (resistência), por isso o poder está por toda a parte, não se restringe ao Estado, ou às instituições e acordos jurídicos (FOUCAULT, 2008).

A importância dos conceitos geográficos na discussão das relações de gênero

García (2004), ao analisar a participação da mulher na reforma agrária do Pontal do Paranapanema, afirma que a produção e a reprodução do espaço se estruturam por relações de poder, na qual se insere a questão de gênero.

O gênero é uma forma primária de significar relações de poder. As relações de poder se estabelecem entre diferentes sujeitos, homens e mulheres, e se materializam em acampamentos ou assentamentos rurais. Esses lugares podem ser compreendidos como escalas geográficas e as relações de gênero devem ser entendidas como parte das práticas espaciais (GARCÍA, 2004).

A questão de gênero, bem como as políticas públicas, tem sido trabalhadas sob a perspectiva territorial. Embora seja necessário reconhecer que as discussões implicadas no corpo de algumas políticas e em muitas de suas análises não correspondam com fidedignidade ao que se compreende por território na Geografia.

Nos estudos territoriais, a escolha da escala espacial é de suma relevância para a observação dos fenômenos analisados, pois a mesma funciona como “um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e singulares”. As escalas não são fixas, são continuamente redefinidas, contestadas, reestruturadas (BRANDÃO, 2007, p. 20).

Ao fazer referência à obra de Foucault, Raffestin (1993) afirma que o poder é parte intrínseca de toda relação. De modo que: “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está muito ligado intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 54).

O território, por sua vez, constitui-se num espaço marcado pelo poder, é um espaço no qual houve trabalho, seja em termos de energia ou de informação. O autor salienta que: “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Souza (2005) também considera o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Todavia, sua noção de poder opõe-se ao sinônimo de dominação e violência, alertando para o fato de que o território não deve ser associado exclusivamente ao Estado-Nação, no sentido de governança.

Os territórios, ao terem como itens estruturantes o espaço e o poder, podem existir nas mais diversas escalas, em nível local, municipal, regional, estadual e

internacional, além de também serem formados em diferentes escalas temporais, dias, meses, anos ou séculos (SOUZA, 2005).

Souza (2009, p. 9) afirma que o território é a primeira maneira de dar significado às relações de poder, sendo, portanto, um primeiro campo no qual o poder se articula. De modo que: “independentemente da maneira como o território é considerado - categoria empírica ou categoria analítica – ele sempre surge para mapear um campo específico de relações, com referência às relações sociais de poder, quer onde estejam os sujeitos concretos e suas representações”.

A interpretação do poder pelo autor supracitado não abarca apenas o poder a partir da repressão e negação, mas no poder assimétrico. Segundo ele, as relações de poder não estão externas aos sujeitos, elas constituem os sujeitos e se justapõe a outras relações (sexual, política, demográfica, econômica etc.) (SOUZA, 2009).

Haesbaert (2005, p. 1) explica que o território “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

De acordo com Reis (2005), o poder se manifesta nas relações, em processos, estruturas, códigos, linguagens e objetos. As relações de poder entre os indivíduos não são iguais e nem se situam nas mesmas escalas, da mesma forma também não são estáticas, mas dinâmicas.

O território, de acordo com Santos (2006, p. 7), não se limita apenas a uma base material, “não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas”. Apesar da forte associação do território com uma base física, natural e material, que suscitou as ideias de nação e de Estado Nacional, o autor enfatiza a questão da identidade e do sentimento de pertencimento ao definir o conceito: “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Para Santos (2006, p. 7), por ter o poder como um componente que o distingue, também implica em ações, forças, paixões: “O território é o lugar onde se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as riquezas,

isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”.

Para Brandão (2007), o território é resultado da produção social, de conflitos e lutas, é socialmente construído, baseado nas relações sociais e não em relações entre os objetos, de forma dinâmica e multidimensional, por isso não pode ser concebido como um mero receptáculo.

Assim o “território é nexos, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos [...] é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades (BRANDÃO, 2007, p 14-18).

Souza (2009, p. 11) alerta para o equívoco de tratar como sinônimos espaço e território, “neste aspecto, o espaço é uma projeção humana, objetivação da vida, como sentido de sua existência e os territórios são apropriações concretas exercidas por estas ações (*práxis*) que expressam dimensões materiais e imateriais”.

Segundo Haesbaert (2005), desde sua origem, o conceito de território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, implicando simultaneamente dois termos, *terra-territorium* e *terreo-territor* (terror, aterrorizar), de modo que provoca distintos sentimentos, uma identificação positiva para os que dele se apropriam e medo para os que são impedidos de usufruí-lo.

A funcionalidade do território se dá a princípio por ser usado como recurso, através da proteção, abrigo ou da extração de matérias-primas. E no plano simbólico, com o aumento das identidades territoriais. Ambas as dimensões, a funcional (dominação) e a simbólica (apropriação) se interseccionam no território. Daí a afirmação de que todo território é simultaneamente funcional e simbólico, já que o domínio dos indivíduos sobre o espaço se dá tanto para a realização de funções, quanto para a produção de significados. A primeira distinção do território deve focar na análise dos sujeitos que o constroem (indivíduos, grupos sociais, Estado, instituições), isso implica numa multiplicidade de agentes/ sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2005).

A territorialidade, por sua vez, incorpora dimensões políticas, econômicas e culturais, e se refere ao modo como os indivíduos utilizam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005).

Os grupos sociais utilizam formas diferenciadas para apropriarem-se e manterem-se no território, essas estratégias podem ser de cunho afetivo, cultural, político, econômico, entre outras. De modo que a territorialidade pode se expressar de forma mais flexível, ou mais arraigada e fechada, logo a territorialidade apresenta variações, de acordo com a escala (nível local, cotidiano, regional, nacional ou supranacional) (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

As relações de gênero compõem uma das dimensões que integram o território, como aponta Haesbaert (2005, p. 8) baseado nas ideias de Zambrano (2001):

O autor (Zambrano) parte da definição de território como “o espaço terrestre, real ou imaginado, que um povo (etnia ou nação) ocupa ou utiliza de alguma maneira, sobre o qual gera sentido de pertencimento, que confronta com o de outros, e organiza de acordo com os padrões de diferenciação produtiva (riqueza econômica), social (origem de parentesco) e *sexo/gênero (divisão sexual dos espaços)* (Grifo nosso) e [sobre o qual] exerce jurisdição.

A abordagem da identidade é outra vertente importante na construção do território, pois o poder e a identidade não são opostos, se complementam, já que a identidade é socioculturalmente construída e reconstruída em diversos contextos e escalas, por herança de valores ou por forças hegemônicas que visam legitimar uma homogeneidade identitária e cultural, de modo que “todo território, ao ser estabelecido, passa a apresentar características identitárias e relações de poder especializadas” (RITTER, 2011, p. 99).

Zambrano (2010) destaca uma perspectiva interdisciplinar para a compressão do território, que dialogue não apenas com o âmbito econômico, mas também com o cultural, político, antropológico e jurídico, visto que são as vidas cotidianas, os costumes e os poderes que produzem as dinâmicas territoriais.

É nesse sentido que o autor supracitado reforça a necessidade de compreensão de territorializações mediante identidades individuais e coletivas ancoradas nas especificidades étnicas, religiosas, sexuais, geracionais, raciais e físicas, que exercem pressão pela aplicação de direitos, segundo suas especificidades. Ter consciência dessas condições permite que o pesquisador entenda as relações entre território, multiculturalismo e diversidades:

Así se ha entendido la relación de los términos territorio, multiculturalismo y diversidades: territorios (espacios y sus representaciones), multiculturalismo (políticas y ayuda social a la diversidad cultural) y diversidades (sujetos particulares diferenciados y sus demandas individuales y colectivas) (ZAMBRANO, 2010, p. 10).

Zambrano (2010) descreve o caso da Colômbia, onde até o início dos anos 1990, as principais reivindicações por especificidades diziam respeito aos grupos de indígenas e de negros, porém, atualmente há outros sujeitos em questão, cujas reivindicações abarcam condições de gênero, deficiências físicas e mentais, idade, opção sexual, condição migracional etc. É o que o autor denomina coloquialmente de “diversidades da diversidade”. Isso faz com que haja novas formas de reelaboração ou ressignificação territorial.

El respeto de la dignidad humana solo es posible cuando se respeta a las personas en su singularidad, en su diferencia, es decir, con arreglo a la diversidad. Ese acto permite entender dentro de marcos de razonabilidad otros derechos como el desarrollo libre de la personalidad y el de la intimidad (ZAMBRANO, 2010, p. 11).

As mulheres da OMAT estão sob a iminência de relações com elementos externos ao assentamento, geralmente são instituições que desenvolvem projetos no local – funcionários de órgãos municipais ou do ITESP, intermediários (atravessadores) na comercialização, igrejas, universidades, ONG’s -, elementos com os quais há troca de informações, valores, interação cultural, religiosa, técnica e social.

Nesse sentido há toda uma complexa rede de interferências observada no caso das mulheres da OMAT, e todas essas inter-conexões foram consideradas para estudar a relevância das políticas públicas na vida dessas mulheres, conforme observa-se na figura 1.

Figura 1: Esquema das possíveis interações e multiplicidades vivenciadas pelas mulheres assentadas



Organização: Larissa Araujo Coutinho de Paula, 2015.

A pesquisa teve como maior enfoque a escala local, por se tratar de uma associação, a OMAT, inserida numa trama de relações muito particulares, como um assentamento rural. Apesar da pesquisa se pautar na escala do cotidiano, da microescala, é preciso tomar o cuidado de considerar as interlocuções com outras escalas. Como menciona Massey (2000), é preciso pensar o lugar não como algo limitado, “defensivo”, mas voltado para fora, aberto, ativo, em expansão, um lugar com o sentido global, adaptado à compressão de tempo-espaço. O espaço e tempo estão interligados, “para existir tempo, deve existir espaço” (MASSEY, 2004, p. 13).

As mulheres estudadas não se encontram limitadas em fronteiras rígidas, isoladas, não permaneceram inertes após a conquista da terra. Essas mulheres vivenciam novas experiências, principalmente as novas gerações.

Essa observação está em conformidade com a definição de espaço trazida por Massey (2004). Para a autora, o espaço é produzido por inter-relações, desde o nível intimamente pequeno até a imensidão do global; é um espaço no qual coexistem distintas trajetórias, marcadas pela multiplicidade, pelas inter-relações. O espaço nunca se encontra finalizado, pois *está sempre em construção*. Nas suas palavras: “O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno” (p.17).

Essa inter-conexão defendida pela autora, também está presente na discussão proposta por Smith (2000), ao analisar as escalas geográficas. Para esse autor, as escalas são construídas ativamente, e as escalas (corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação, globo) não são separadas rigorosamente, mas apresentam conexões e estão interligadas.

Relações de gênero são sociais, e estas são relações de poder, que, por sua vez, conforme salienta Haesbaert (2005), pode ser exercido desde formas violentas, até as mais sutis, simbólicas.

Acampamentos e assentamentos comportam lugares “masculinos e femininos”, o que implica em espaços de socialização apropriados e produzidos por cada gênero, ocorrendo uma divisão funcional do espaço (GARCÍA, 2004).

Como as relações de gênero estão imbricadas pelo poder, é comum que se procure explicá-las por meio do território, porém, este não é o único caminho possível, já que o espaço e o lugar também são conceitos que permitem a politização do discurso, pois também evidenciam o conflito, a dominação, as resistências, elementos imbricados nas relações de poder (TURRA NETO, 2015).

Segundo Turra Neto (2015), o conceito de lugar pode ser interpretado como um intermediário entre espaço e território, uma vez que é no lugar que há a relação e o confronto entre a identidade e a diferença, mediadas pela materialidade. Assim, as relações de gênero apresentam a possibilidade de serem analisadas sob o âmbito de mais de um conceito geográfico, e não apenas pelo território.

Considerações Finais

As políticas públicas, muitas delas mediadas pela associação, no caso em estudo a OMAT, chegam até as mulheres do Assentamento Tucano, que já possuem uma identidade definida, diferentes trajetórias de vida, raça/etnia, posicionamento político, idade, nível de escolaridade, relacionamentos familiares; os resultados das políticas estudadas, ou seja, PAA, PNAE, PNDTR, Pronaf-Mulher e Bolsa Família terão diferentes intensidades de acordo com essas características, e ainda contando com o apoio ou não, de órgãos públicos que as assistem, e se pensarmos nas infinitas conexões que se estabelecem, pode-se afirmar que dinâmicas regionais, nacionais e até mesmo internacionais, também repercutem em maior ou menor intensidade, nesse contexto.

Verificamos que cada mulher apresenta uma inserção diferente nas políticas públicas. Há mulheres que têm de fato uma participação efetiva, enquanto há outras que apesar de produzirem os alimentos entregues aos programas, nem sequer estão cadastradas como fornecedoras. Nos casos em que a participação feminina é mais forte, nota-se que há uma postura mais crítica e determinada das mulheres envolvidas no próprio âmbito familiar, destacando-se as duas lideranças, de Maria Glória e Maria Conceição. É perceptível a forma como elas se coloca diante da própria família, decidindo ativamente sobre a produção, as finanças, enfim, demonstrando um nível de poder igual ou mais elevado em relação aos seus companheiros.

As relações de gênero inegavelmente são espacializadas, por isso podem ser interpretadas a partir de conceitos geográficos. Essas relações não condizem apenas entre mulheres e homens, mas também entre as próprias mulheres, são relações mediadas pelo poder, circunscritas numa dinâmica espacial e temporal.

Nota

¹ Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado em Geografia intitulada “Contribuições e limitações das políticas públicas para fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)”.

Referências

BRANDÃO, Carlos. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. A. (organizadores) (2007). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, 1998, v. 9, 143 – 159p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 25ª edª. Rio de Janeiro: Graal. 2008.

GARCÍA, Maria. Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, 1º semestre 2007.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

McDOWELL, L. **Género, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Ediciones Cátedra. Madrid, 1999. 399p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Trad: Maria Cecilia França – São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REIS, J. **Uma epistemologia do território**. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005.

RITTER, C. Reflexões Epistemológicas sobre os "Territórios de Identidade". **Revista Geografar** (UFPR), v. 6, p. 95/5-109, 2011.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 132 – 175.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, 2003.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. (IN) CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 7º Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 352p.

SOUZA, J. G. Limites do território. **Agrária** (São Paulo. Online), v. 10, p. 99 130, 2009.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

THOMPSON, P. Entrevista. In: **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 254-278p.

TURRA NETO, N. Espaço e Lugar no Debate sobre Território. **Geograficidade**, v. 5, p. 52, 2015.

ZAMBRANO, C. V. Territorio, diversidad cultural y trabajo social. **Trabajo Social**, Bogotá, p. 9-24, 2010.

Recebido em 03/02/2016.

Aceito para publicação em 22/08/2017.